

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Destaques	2
Título: Cemig busca vender ativos, agora para reduzir dívida	3
Título: Cobalto sobe após Glencore anunciar que vai fechar mina	4
Título: Curtas	6
Título: Siemens Gamesa aposta em parques híbridos	7
Título: Proposta sobre os créditos de carbono pode mudar a história	8
Título: Baixa do dólar ante real e peso garante lucro da Adecoagro	11
Título: Com dívida baixa, ES prevê dobrar investimento	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Para 29,5%, Benítez não concluirá mandato	14
Título: » Bola de cristal.....	14
Título: Shutdown à moda da casa	15
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	16
Título: De onde virá o socorro.....	16
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Discussão sobre tributação dos combustíveis	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/08/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques****Petrobras I**

A Petrobras solicitou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro da oferta de distribuição de debêntures, em até três séries, no montante inicial de R\$ 3 bilhões. A oferta prevê colocação de, no mínimo, R\$ 1 bilhão e acréscimo de até 20%. As debêntures de primeira e segunda séries terão prazos de vencimento em 15 de setembro de 2029 e 15 de setembro de 2034. Os recursos captados com a emissão dessas duas séries serão aplicados apenas nas atividades de exploração e avaliação nas áreas dos blocos de Franco, Florim, Nordeste de Tupi e Entorno de Iara do contrato de cessão onerosa e das atividades de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nos campos de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu. As debêntures da terceira série terão prazo em 15 de setembro de 2026 e o recurso será destinado ao reforço de caixa.

Petrobras II

A Agência Nacional do Petróleo aprovou a venda do campo de Maromba, na Bacia de Campos, da Petrobras e da Chevron, para a BW Offshore, sob um negócio de US\$ 115 milhões. A aprovação pela ANP atende à principal condição precedente para o fechamento do negócio e vai disparar a primeira etapa do pagamento, no valor de US\$ 30 milhões.

Telha solar da Tesla

A Tesla pretende levar seus negócios de tecnologia solar para a Europa no próximo ano, escreveu Elon Musk, presidente da empresa americana de carros elétricos, no Twitter. A Tesla Solar usa telhas com células solares embutidas para permitir que as casas das pessoas convertam a luz solar em eletricidade. Musk anunciou o relançamento do projeto, ontem. Os clientes poderão comprar ou alugar a tecnologia. A Tesla apresentou pela primeira vez seu braço solar em 2016, como parte da visão de energia limpa da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Cemig busca vender ativos, agora para reduzir dívida**

Passados seis meses desde que assumiu o comando Cemig, Cledorvino Belini já implementou mudanças importantes na estatal mineira, como uma redução de 25% em cargos de gerência e superintendência. No total, os esforços com foco em maior eficiência operacional e corte de custos devem resultar na economia anual de R\$ 300 milhões a partir do ano que vem. Mesmo sem a "urgência" do passado, a companhia mantém seu plano de desinvestimentos, agora com o objetivo de reduzir ainda mais seu endividamento.

"Antes, havia um viés de liquidez, já que a companhia precisava desinvestir para honrar compromissos", disse Daniel Faria Costa, diretor de novos negócios da companhia, em entrevista coletiva concedida na sexta-feira para falar sobre os resultados do segundo trimestre do ano. Hoje, a Cemig está em situação financeira significativamente melhor, sem pressões de curto prazo e com dívida alongada. "Isso tirou um pouco a pressão da necessidade de liquidez", disse o executivo.

Em 2017, quando a Cemig lançou o plano de venda de ativos, a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia estava em 3,52 vezes. Ao fim de junho deste ano, a alavancagem caiu para 2,82 vezes, trajetória que deve continuar nos próximos meses, de acordo com executivos da elétrica.

"Estamos preparando uma nova Cemig, com ações para valorizar a companhia e prepará-la para ser tão eficiente quanto uma empresa privada", disse Belini.

O foco do programa de venda de ativos mudou, e passou a ser desonerar a companhia. "É positivo desonerar o balanço de ativos que não têm o retorno esperado, ou que drenam capital da companhia, ao mesmo tempo em que podemos desalavancar dívidas em tese mais caras que o retorno que se obtém com o investimento", disse Costa.

Entre os ativos "na fila" de desinvestimento, ele destacou a Renova, que está em processo de venda do complexo eólico Alto Sertão III para a AES Tietê. Com os atrasos causados por questões "precedentes", a Cemig fez uma provisão de R\$ 688 milhões no balanço do segundo trimestre, referente a créditos que tem a receber da investida no futuro.

"Não há cenário de perda de R\$ 688 milhões, mas a empresa já fez a provisão demonstrando ao mercado seu conservadorismo", disse Mauricio Fernandes, diretor financeiro e de relações com investidores da Cemig. Isso ocorreu porque as perspectivas de recebimento dos créditos da Renova estão "deterioradas".

A Cemig não descarta, contudo, a chance de reverter parte dessa provisão no futuro, caso a reestruturação da Renova dê certo. Hoje, a geradora aguarda o aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para concluir a venda do complexo eólico para a AES Tietê. A agência reguladora tem questionado o preço dos contratos que lastreiam a operação. "Tivemos um trabalho intenso para demonstrar para a Aneel o racional dos preços praticados e também que não há prejuízo aos consumidores do sistema em função dos preços. A tese foi muito bem recebida e aguardamos nova manifestação da AES sobre isso", disse Costa.

Também estão na fila para desinvestimentos as participações da Cemig nas hidrelétricas de Belo Monte e Santo Antonio. No caso dessa última, a recuperação judicial da Odebrecht, que também é sócia do ativo, pode atrasar a operação, segundo Costa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson | Financial Times

Título: Cobalto sobe após Glencore anunciar que vai fechar mina

O preço do cobalto aumentou mais de 30% desde que a Glencore anunciou, neste mês, que vai fechar a maior mina do mundo deste metal usado na fabricação de baterias, dando esperanças a um setor cujas ações vêm sendo atingidas pelos temores de uma recessão mundial.

A ascensão dos carros elétricos levou o preço do cobalto ao seu patamar mais alto em dez anos, de US\$ 44 a libra, em abril do ano passado. Mas depois disso ele caiu para US\$ 12 após um aumento da oferta e da formação de estoques por empresas que operam na cadeia de fornecimento de matérias-primas para baterias.

A Glencore, maior produtora de cobalto do mundo, disse na semana retrasada que iria fechar sua mina de Mutanda na República Democrática do Congo no fim do ano, alegando que o metal não é mais "economicamente viável". Desde

então, os preços do cobalto subiram quase um terço para US\$ 16 a libra na sexta-feira, segundo a Fastmarkets.

O fechamento era "definitivamente necessário para estimular os investimentos de longo prazo na oferta de cobalto", disse George Heppel, analista da consultoria CRU de Londres. "Com o cobalto a US\$ 12 a libra, isso não era suficiente para manter o mercado bem suprido no longo prazo."

O preço vai aumentar como alívio para as mineradoras de cobalto, cujas ações vêm sofrendo com os temores crescentes de uma recessão mundial, depois da decisão tomada em julho pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de impor uma tarifa de 10% sobre US\$ 300 bilhões em exportações chinesas.

As ações da Glencore acumulam uma perda de 23% no ano, tendo atingido na semana passada seu menor patamar desde outubro de 2016. Analistas do J.P. Morgan rebaixaram sua classificação para a ação para "underweight" na semana passada, alegando que a guerra comercial entre os EUA e a China poderá ameaçar os dividendos da mineradora ao afetar os preços das commodities.

A República Democrática do Congo é o maior produtor mundial de cobalto, que o país explora juntamente com o cobre. Mas um aumento da oferta de novas minas e o influxo de pequenas mineradoras têm sido um dos principais motivos do "crash" do preço do cobalto.

A demanda de fabricantes de smartphones pelo metal também caiu na medida em que o mercado global se aproxima da saturação. As vendas de telefones celulares caíram 5% na China nos primeiros sete meses do ano, segundo a CRU.

Mas os preços deverão subir mais, segundo Heppel, uma vez que o fechamento da mina da Glencore deverá mudar o mercado mundial do excesso para o déficit no ano que vem.

Além de Mutanda, a Glencore também produz cobalto em sua mina de Katanga, também no Congo. E ainda em seu depósito de Murrin Murrin na Austrália, e nas operações de níquel no Canadá.

Os fabricantes de automóveis estão tentando reduzir a quantidade de cobalto usado em suas baterias por causa dos riscos de ruptura da cadeia de fornecimento, mas essa queda deverá ser compensada pelo aumento da demanda por carros elétricos, segundo a Benchmark Mineral Intelligence. O

cobalto é essencial para a segurança nas baterias de íons de lítio, que podem pegar fogo por causa do eletrólito inflamável.

Em abril a montadora alemã BMW fechou um contrato para a compra de cobalto para as suas baterias, diretamente da mina de Murrin Murrin.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/08/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Preço do minério reage

Os contratos do minério de ferro com teor de 62% de pureza negociado à vista no porto chinês de Qingdao tiveram alta de 1,28%, na sexta-feira, para US\$ 89,57 a tonelada, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB". "No curto prazo, os preços do minério não subirão muito, provavelmente, mas continuaremos observando, a médio prazo, os efeitos dos cortes da produção na China (voluntários ou compulsórios) e pode haver novas chances [de aumento de preços]", disse uma fonte à Fastmarkets. Os preços da commodity acumulam queda de 23,54% no mês. No ano, porém, as cotações têm valorização acumulada de 23,15%. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais líquidos com entrega do minério em janeiro tiveram alta de 0,24%, para 626,5 yuans por tonelada.

Copel e Petrobras

A Copel terá, nesta semana, uma reunião com Anelise Lara, diretora da Petrobras responsável pela área de refino e gás natural da estatal, a fim de entender os planos de desinvestimento em termelétricas da petroleira. Segundo Daniel Slaviero, presidente da estatal paranaense, se os 20% detidos pela Petrobras na termelétrica de Araucária forem colocados à venda, "obviamente" eles terão interesse. "Obviamente temos interesse, desde que em condições razoáveis de mercado", disse Slaviero, na teleconferência sobre os resultados do segundo trimestre do ano, na sexta-feira. O foco da Copel hoje é buscar novos fornecedores para a termelétrica de Araucária, para que a usina tenha funcionamento pleno. "Parada como ficou nos últimos 14 a 15 meses, é um prejuízo para a companhia", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/08/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Siemens Gamesa aposta em parques híbridos**

Em uma nova sinalização da sua aposta de longo prazo no Brasil, a Siemens Gamesa inaugurou, na quinta-feira, uma área de manufatura de conversores para turbinas eólicas no seu complexo industrial em Camaçari, na Bahia. Nos próximos anos, a companhia pretende adaptar a tecnologia para fabricar também conversores para geração de energia solar, de olho em projetos híbridos entre as duas fontes.

"O inversor deve ter um papel importante no futuro desenvolvimento de tecnologias híbridas", disse ao **Valor** Roberto Prida, diretor-geral da Siemens Gamesa no Brasil. "Achamos que podemos ter uma contribuição importante para isso."

A companhia entende que projetos híbridos envolvendo geração eólica, solar, e possivelmente baterias para armazenamento de energia, serão mais confiáveis, o que vai ajudar a reduzir os efeitos da intermitência dessas fontes sobre a rede. "Nossa política para o Brasil é trazer as últimas tecnologias disponíveis. A aposta da companhia é clara", disse Prida.

Segundo Miguel Garcia Represa, diretor industrial da Siemens Gamesa na América Latina, a maior parte dos investimentos já foi feita agora, e serão necessárias apenas algumas adaptações "pequenas" na fábrica para que inversores para projetos solares também sejam feitos, caso a companhia prossiga nesse objetivo.

"A companhia está apostando em tecnologias híbridas, porque as renováveis serão o futuro. Nossa vocação não é só na geração eólica, mas sim oferecer as melhores tecnologias que temos nos lugares em que estamos", disse Prida.

Por enquanto, os parques híbridos são uma possibilidade, já que não há uma regulamentação para esse tipo de projeto. As discussões tiveram início na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e a expectativa é que nos próximos anos o país tenha leilões com produtos do tipo. Segundo Prida, quando isso acontecer, os clientes vão demandar os inversores novos, "e estaremos prontos para isso."

A companhia começa agora a entregar os primeiros aerogeradores de 2,6 megawatt (MW) e 3,4 MW, tecnologia mais recente disponível no país. Até o fim de 2021, o nível de ocupação da fábrica é considerado "muito bom" pela

empresa. Os últimos anos foram mais fracos em termos de produção dos equipamentos, resultado da falta de contratação de energia em leilões de geração voltados para o consumidor cativo (das distribuidoras). A tendência virou por conta dos projetos voltados para consumidores livres. "Já vendemos mais de 1,2 GW do modelo de 3,4 MW, então temos expectativa alta para os próximos anos", disse Prida.

Para o fim de 2021, a companhia pretende trazer ao país aerogeradores ainda mais potentes, com até 6 MW cada um. As máquinas, que estão em fase de desenvolvimento, já começaram a ser oferecidas aos clientes. "Essa turbina oferece um custo otimizado em relação aos modelos existentes", disse Prida.

Um grande desafio para a comercialização desses equipamentos é a logística. Cada aerogerador deve chegar a ter entre 250 metros e 260 metros, com pás de 83 metros cada. "A localização da fábrica na Bahia ajuda, o mercado está no Nordeste. Mas uma melhora na infraestrutura do país ajudaria a tornar o transporte mais barato, com rotas mais diretas", disse Represa.

Resultado da fusão entre a espanhola Gamesa e a unidade de geração eólica da Siemens em 2017, a Siemens Gamesa é hoje listada na bolsa de Madri e tem mais de 90 GW em equipamentos instalados no mundo. Nos nove meses encerrados em junho, no ano fiscal 2019, a companhia teve lucro líquido de € 88 milhões, aumento de 88%. A receita do grupo cresceu 12% no período, para € 7,3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/08/2019

Seção: Opinião

Autor: Marina Grossi e outros

Título: Proposta sobre os créditos de carbono pode mudar a história

A expressão créditos de carbono faz parte da realidade das empresas, em todo o mundo, desde 1997 com o estabelecimento do Protocolo de Kyoto, o qual previa o uso de mecanismos de mercado para auxiliar na redução das emissões dos gases de efeitos estufa (GEE). Essas ferramentas se concretizaram na criação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), que impulsionaram o desenvolvimento de iniciativas que, somente no Brasil, resultaram em mais de US\$ 32 bilhões em investimentos e impediram a emissão de mais de 124 milhões de toneladas de CO₂, em um intervalo de apenas 15 anos, apesar de muitas dúvidas sobre sua adicionalidade e integridade ambiental em torno do mundo.

No caso brasileiro, além de rentável, o capital resultante dos projetos de MDL tornou-se indutor de um ciclo extremamente benéfico, concentrando-se em iniciativas ligadas à energia renovável, ações de abatimento de metano e de emissões fugitivas, troca de matriz de combustíveis, projetos de eficiência energética e reflorestamento.

Desde 2015, com um novo marco, o Acordo de Paris, os MDL passaram por aperfeiçoamentos em relação ao modelo anterior, com uma versão mais ampla e fortalecida, e mudaram de sigla. Passaram a chamar-se de Mecanismos de Desenvolvimento Sustentável (MDS) - inicialmente apresentado como uma proposta do Brasil, durante a Conferência das Partes, CoP-21, para implementar um mercado global de transferência de créditos provenientes da redução de emissões em que, além do envolvimento dos governos, incluiu a participação do setor privado. A proposição foi condensada no Artigo 6 do acordo, com destaque para o seu item 4, que estabelece o MDS como uma ferramenta de mitigação às mudanças climáticas.

Essa transição do MDL para o MDS, no entanto, não ocorre de forma simples. De um lado, existem questionamentos metodológicos sobre a gestão e a contabilização das emissões, para evitar duplo registro, e de outro, a preocupação em aproveitar ao máximo as ferramentas e metodologias já estabelecidas, diminuindo a necessidade de investimento de recursos e tempo nos países em desenvolvimento.

E há ainda as questões relacionadas ao ciclo de aumento de ambição dos países - realizado a cada cinco anos conforme previsto pelo Acordo de Paris. Qual seria o impacto de se aumentar a ambição dos compromissos climáticos em países com um alto potencial para negociar "créditos"? Isso depende de como cada país construiu seu compromisso e sua estratégia de desenvolvimento de baixo carbono no longo prazo.

Foi criado também um modelo, "primo" dos MDS, chamado Itmos (internationally transferred mitigation outcomes), mas, nesse instrumento, a transferência de créditos se dá, a princípio, entre os governos. Ambos estão abarcados no artigo 6 do Acordo de Paris, justamente um dos poucos ainda pendentes de definição no Livro de Regras do Acordo e, por isso, objeto de um intenso debate, no qual o Brasil tem um papel central a desempenhar.

Novo modelo, que ponha foco em um mercado global de créditos, permitirá investimentos expressivos

Fato é que as regras do Acordo de Paris precisam ser claras e justas independentemente das especificidades, pois estabelecer um mercado de carbono global vai além da sua precificação e do custo efetivo para todos os países, é uma das mais importantes alavancas para a condução da sociedade na direção de uma economia mais limpa seguindo princípios como integridade ambiental, redução global efetiva, transparência, qualidade dos resultados de mitigação e governança rigorosa.

Esse debate vem avançando lentamente: houve pouco progresso na CoP-24, em Katowice, na Polônia, e os temas estão pautados para continuidade das discussões este ano na pré CoP-25 na Costa Rica e em Santiago, no Chile, durante a CoP- 25.

A participação das empresas brasileiras é essencial para mobilizar o governo federal na ampliação dos esforços diplomáticos em favor da regulamentação do Artigo 6. Precisamos estabelecer as prioridades para que essas regras tragam inovação, tecnologia para os países cumprindo o papel de indutora de desenvolvimento sustentável e usufruindo de experiências construídas ao longo das últimas duas décadas.

Isso significa garantir, por exemplo, que não haja restrição à implantação de projetos de mitigação em nenhum setor da economia, mesmo que ele esteja entre os apontados como meios do país para alcançar a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês).

Outra preocupação é a de definir uma transição para os projetos estabelecidos no passado no contexto dos MDLs, evitando mudanças de regras bruscas que teriam o efeito de reduzir a confiança dos agentes econômicos no sistema e de gerar questionamentos jurídicos. Um quadro como esse não apenas inviabilizaria os MDL e os MDS, como teria um efeito negativo de longo prazo em todo o esforço econômico para reduzir as emissões e mitigar as mudanças climáticas.

Por outro lado, há o desafio de estabelecer um consistente padrão de compliance ambiental, no qual mecanismos de governança multilateral, aliados por uma regulamentação clara e efetiva, garantam que haja correspondência inquestionável entre os incentivos gerados pelo mecanismo e o abatimento nas emissões.

Por tudo isso, o Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável (Cebds) e seus associados, representados aqui pela Neoenergia,

pela Shell e pela Siemens, convocam todo o setor produtivo a se mobilizar em favor da aplicação de todos os esforços para viabilizar a definição das regras para o Artigo 6 do Acordo de Paris. Durante esta semana, em Salvador, estaremos discutindo com autoridades e parceiros aspectos em torno do Artigo 6, no decorrer da programação da Latin American and Caribbean Climate-Week.

Acreditamos que o novo modelo que foque em um mercado global de créditos possibilitará investimentos expressivos, com cortes mais significativos nas emissões de CO₂. A representação do que é sustentabilidade na prática é incorporar custos que geram impactos negativos no planeta dentro da economia. É isso que precisamos para o sucesso de um novo modelo econômico.

Marina Grossi é presidente do Cebds.

André Araújo é CEO da Shell

André Clark é CEO da Siemens

Solange Ribeiro é diretora presidente adjunta da Neoenergia

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Baixa do dólar ante real e peso garante lucro da Adecoagro

A queda do dólar ante o real e o peso argentino no segundo trimestre garantiu à Adecoagro, listada na bolsa de Nova York, lucro líquido no período. No lado operacional, porém, a ausência de negócios no mercado de terras ofuscou a estabilidade da área de cana no Brasil.

A companhia obteve lucro de US\$ 23,3 milhões entre abril e junho, ante prejuízo de US\$ 21,4 milhões um ano antes. Porém, retirados os efeitos de variações cambiais, inflação e de avaliação das terras, o resultado ajustado foi de US\$ 886 mil no intervalo - ante US\$ 86,9 milhões um ano antes.

A apreciação das moedas brasileira e argentina tiveram impacto positivo nas despesas financeiras. Porém, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado registrou queda de 36,5% na mesma base de comparação, para US\$ 87 milhões.

O Ebitda do negócio de terras caiu 82,9%, para US\$ 10,5 milhões. Boa parte da diferença se explica porque, um ano atrás, a Adecoagro vendeu duas fazendas no Brasil que geraram, na época, Ebitda de US\$ 36 milhões.

A maior parte do resultado operacional, porém, segue vindo do segmento sucroalcooleiro. Apostando fortemente em etanol, o negócio garantiu no trimestre um Ebitda de US\$ 81,6 milhões (94% do Ebitda total), uma alta marginal ante o mesmo período do ano passado. A margem Ebitda ajustada ficou em 68,4%.

O resultado foi garantido pelo avanço das vendas de etanol. Aproveitando a alta dos preços na primeira metade do ano, a Adecoagro acelerou as vendas do biocombustível que produziu e garantiu uma receita de US\$ 77 milhões com o produto, um crescimento de 23% na comparação anual.

Além disso, com o aumento da moagem de cana e a melhora de eficiências industriais, a companhia ainda diluiu custos unitários, que ficaram em 10 centavos de dólar a libra-peso, redução de 3,8%.

A moagem elevada, porém, não deve se manter, já que a Adecoagro estima que as geadas comprometeram 5% da cana. Para dirimir os impactos, a companhia quer aumentar a capacidade de produção de etanol em 400 litros por dia com melhorias de eficiência. A estratégia, diz a Adecoagro, deve preservar o Ebitda e a geração de caixa.

A execução dessa estratégia, na avaliação do BTG, será um "forte teste" para a companhia. No mercado, o balanço foi bem recebido, e as ações em Nova York subiram 4,64% na sexta-feira, acima do S&P.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristian Klein | De Vitória

Título: Com dívida baixa, ES prevê dobrar investimento

Pequeno, com 4 milhões de habitantes, porém localizado na região mais populosa do país, o Espírito Santo tem dado mostras de sua excepcionalidade em meio à crise nacional, tanto na política quanto na economia.

Um dos Estados menos afetados pela onda bolsonarista que varreu o país no ano passado, ele colhe os frutos do equilíbrio fiscal executado por dois governadores que, até 2022, terão se revezado no poder por 20 anos. É o Estado da estabilidade. O mandato da hora - o primeiro foi entre 2011 e 2014 - é de Renato Casagrande (PSB), que afirma ao **Valor** ter a expectativa de investir,

ao longo da gestão e num momento de penúria nacional, entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões, com recursos próprios e financiamento. O valor, segundo ele, será o dobro do realizado nos últimos quatro anos (R\$ 2,6 bilhões). "Historicamente, nossa dívida é baixa, terminou 2018 em 20% da receita corrente líquida [RCL], enquanto o limite, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, já extrapolado por Estados quebrados, é de 200%", afirma Casagrande.

O indicador é ainda melhor - e caiu para meros 3,9% em junho - depois que o Espírito Santo recebeu à vista cerca de R\$ 900 milhões de um total de R\$ 1,5 bilhão em virtude de acordo com a Petrobras. O pagamento refere-se a valores retroativos de participação especial depois da unitização dos campos de petróleo do Parque das Baleias, no sul do Estado. Os demais R\$ 600 milhões serão pagos em 42 parcelas. Com o acordo, o governo decidiu criar dois fundos estaduais. O primeiro, baseado neste pagamento retroativo, será voltado para o financiamento de obras e infraestrutura. E o segundo, com o depósito das receitas presentes e futuras de royalties e participação especial, constitui um fundo soberano.

O objetivo é que o dinheiro - cerca de R\$ 400 milhões por ano - seja usado para a diversificação da economia e menor dependência em relação à produção de petróleo e gás. Num prazo de quatro anos, a maior parte (80%) se destinará a investimentos em parceria com o setor privado e a menor (que começa com 40% e passará a 20%) ficará numa conta poupança.

"Essas duas contas formam um ativo que crescerá à medida de seu rendimento. Daqui a pouco teremos um fundo, em dez anos, de R\$ 4 bilhões a valor de hoje, corrigido e aplicado, e será muito poderoso", afirma o governador, que conta ter tido conversas com gestores dos fundos soberanos de Cingapura e especialmente da Noruega para a criação do modelo próprio.

Na conta capixaba, há espaço ainda para R\$ 2 bilhões de disponibilidade em caixa, e negociações para empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos valores de R\$ 1 bilhão para recuperação de rodovias estaduais e de R\$ 250 milhões para creches. Além disso, Casagrande afirma dispor de mais de R\$ 1 bilhão do Banco Mundial para investir em saneamento e ambiente, empréstimo em parte utilizado pelo ex-governador Paulo Hartung (ex-MDB).

Na quarta-feira, pelo segundo ano consecutivo, o Espírito Santo foi o único a receber nota máxima (A), de acordo com avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a capacidade de pagamento dos entes federativos. Rio, Minas e Rio Grande do Sul tiveram a pior nota: D. A situação capixaba poderia ser ainda melhor não fosse o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em 2015, que levou à paralisação da mineradora. Desde então, a perda é de R\$

220 milhões por ano ou 2% da arrecadação de ICMS, segundo o secretário de Fazenda, Rogelio Pegoretti. "A informação que tivemos é que a Samarco voltará a operar em meados do ano que vem. O impacto já é de quase R\$ 1 bilhão", diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/08/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Para 29,5%, Benítez não concluirá mandato

Nota

Paraguai

Uma pesquisa realizada no Paraguai, que teve os resultados divulgados ontem, mostra que apenas 29,5% dos consultados disseram acreditar que o presidente do país, Mario Abdo Benítez, concluirá o mandato, após o escândalo da ata bilateral sobre a compra de energia da represa de Itaipu assinada com o Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/08/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Bola de cristal.

Coluna do BroadcastAgro

A Feira Internacional da Bioenergia (Fenasucro) nem começou e a organização já traça a estratégia para a próxima edição. Em 2020, o foco da principal mostra da indústria produtora de açúcar e etanol será a logística para biocombustíveis e bioenergia, setores que projetam crescimento acima dos 20% em cinco anos. Realizada em Sertãozinho (SP), a Fenasucro começa amanhã e vai até sexta-feira. Deve gerar R\$ 4 bilhões em negócios, 10% mais que em 2018.

» Água fria. Usinas de etanol e biodiesel correm com processos de credenciamento para a emissão de Créditos de Descarbonização (CBIOS) a serem negociados pelas regras da política nacional de biocombustíveis, o RenovaBio. Mas integrantes do governo que cuidam do cronograma de implantação temem o adiamento do início de vigência do programa, em janeiro de 2020. É que segue indefinido, no Banco Central, se os CBIOS serão ativos financeiros ou commodities. "O BC está analisando o assunto sob a ótica legal", informou o órgão.

COLABOROU ISADORA DUARTE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Cida Damasco****Título: Shutdown à moda da casa**

A expressão “shutdown”, já familiar nos Estados Unidos, começa a tirar o sono de integrantes do governo brasileiro. Trata-se da paralisação da administração pública, como resultado de travas no orçamento. Cercado de suspense, o shutdown abalou a gestão Obama, repetiu-se por duas vezes na era Trump e, como, nesses últimos tempos, tudo que acontece nos Estados Unidos acaba servindo de exemplo para o Brasil, já tem gente temendo que ele também chegue por aqui (atenção: contém ironia). O próprio Bolsonaro admitiu, na sexta-feira, que a falta de dinheiro está deixando os ministros “apavorados” e o Exército será forçado a trabalhar em regime de meio expediente, além de dispensar um terço dos recrutas. Mas não é só o Exército que enfrenta sufoco financeiro.

Faltam recursos para pesquisa e até para atividades básicas nas universidades. Embora a declaração oficial seja de um corte linear de gastos, persiste a desconfiança de que as decisões envolvam também critérios ideológicos. O ministro das Ciências e Tecnologia, Marcos Pontes, alertou para o risco de calote nas bolsas de pesquisa, já em setembro. A UFRJ ameaça suspender as aulas, por não conseguir cobrir os gastos com segurança, iluminação e até com limpeza. E providências semelhantes estão em discussão em várias das 63 universidades federais. As queixas de falta de dinheiro espalham-se por toda a Esplanada dos ministérios e chegam ao Congresso, onde parlamentares cobram o cumprimento das promessas feitas pelo Planalto, quando foram convencidos a apoiar a reforma da Previdência, em troca da liberação de cargos e emendas – foram mais de R\$ 4 bilhões em emendas desde o desembarque da proposta da nova Previdência na Câmara, em março.

Numa verdadeira “volta do parafuso”, a solução encontrada para honrar esses compromissos com o Congresso foi pedir ao próprio Congresso um crédito suplementar de R\$ 3 bilhões. Diante do quadro de penúria, parece até pouco significativa a suspensão da emissão de passaportes pela Polícia Federal, em meados de 2017, num episódio visto à época como prenúncio de um shutdown. Fatos, obviamente, são sempre mais eloquentes do que números. Por mais que técnicos venham advertindo há tempos que o Brasil caminha para o colapso, se não encarar uma reestruturação das contas públicas para valer, começando com a reforma da Previdência.

Fatos põem às claras o que manobras contábeis tendem a esconder. No Brasil dos últimos anos, o que se tem feito, em matéria de ajuste fiscal, é preferencialmente na linha de “cortar gasto aqui para cobrir ali o cheque especial ou o cartão de crédito”. E, dessa forma, chegar ao fim do exercício dentro das metas fiscais. Segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, as contas do Governo Central devem fechar 2019 com um déficit primário nas proximidades dos R\$ 139 bilhões previamente fixados pelo governo.

Nas projeções dos analistas de mercado reunidas no boletim Prisma Fiscal, o rombo pode ser ainda menor, de R\$ 103 bilhões, mas tudo indica que esse desempenho leva em conta recursos do leilão dos excedentes da cessão onerosa do pré-sal – e não é garantida a entrada do dinheiro nos cofres da União ainda dentro do atual exercício. Além disso, o governo vem recorrendo com intensidade ao contingenciamento de verbas para não perder a mão no Orçamento.

Até agora, foram bloqueados R\$ 34,2 bilhões, um quarto dos gastos não obrigatórios previstos para 2019 – e é esse aperto que acaba desembocando, no limite, em situações como a da falta de material de limpeza na UFRJ. Enquanto o presidente se “distrai” com no mínimo um embate por semana, das provocações aos governos da Alemanha e da Noruega, em razão das punições para os desmandos da política ambiental, às intervenções na Polícia Federal, a administração pública anda aos solavancos. Um shutdown à moda da casa, com interrupções de alguns serviços básicos, não está descartado. Assim, não há atividade econômica que resista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: De onde virá o socorro

Painel

Em meio a uma crise financeira e com boa parte dos recursos congelados, o Ministério da Educação elabora proposta para reivindicar o uso de valores recuperados da Petrobras pela Lava Jato. A pasta quer sensibilizar o ministro Alexandre de Moraes, do STF, a destinar ao menos uma parte dos R\$ 2,5 bilhões que foram pagos em multa pela estatal a ações voltadas à primeira infância. O ministro Abraham Weintraub já conversa com o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sobre o projeto.

FINS E MEIOS

A princípio, o MEC avalia que seria possível viabilizar a operação sem o aval do Congresso. Uma das ideias é enviar os recursos apenas a entidades privadas.

Pense em mim

Tudo, porém, depende da anuência de Moraes. O ministro suspendeu, em março, os efeitos de um acordo celebrado pela Lava Jato de Curitiba com a Justiça norte-americana que previa direcionar os R\$ 2,5 bilhões a uma fundação a ser criada pela força-tarefa.

Queda de braço

Antes mesmo de o STF decidir a questão, já há ao menos um projeto de lei no Congresso que também prevê a destinação do montante recuperado para o MEC. Em maio, o presidente Jair Bolsonaro disse querer usar o dinheiro do fundo da Lava Jato para educação e pesquisa.

Curto-circuito

A derrubada da medida provisória 879, que vence na quarta (21), pode prejudicar os planos do governo de privatizar a Eletrobras ainda neste ano. Sem ela, a estatal terá que assumir dívidas de subsidiárias, o que comprometerá seu balanço e poderá afetar o preço de suas ações.

Mata no peito

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse a integrantes da equipe econômica que, se a Câmara aprovasse o texto até terça (20), garantiria a votação a jato na Casa. Até os mais otimistas desconfiaram.

Meu herói

Alcolumbre tem demonstrado especial disposição em acelerar a agenda de Paulo Guedes e já é considerado parceiro entre aliados do ministro, que até então tinham Rodrigo Maia (DEM-RJ) como preferido.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/08/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Discussão sobre tributação dos combustíveis

Os impostos representam uma importante parcela do preço dos combustíveis. Dados da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), em 2019, apontam que ICMS e PIS/Cofins representam, respectivamente, 29,8% e 16,5% do valor total da gasolina. Depois da aprovação da PEC da Previdência na Câmara, a próxima a avançar é a reforma tributária. Nesse cenário, é mais do que oportuno discutir a necessidade de uma simplificação para atrair investimentos, sobretudo, no setor de combustíveis, o que mais arrecada no país e cuja carga tributária beira os 50% do valor final dos produtos.

Uma das propostas é a simplificação tributária, que criaria uma estabilidade no preço e poderia contribuir para o fim da guerra fiscal entre estados, que praticam alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) diferenciadas. Para aprofundar o entendimento dessa questão complexa, o Correio Debate promove, na próxima quarta-feira, 21 de agosto, o seminário Ética Concorrencial e Simplificação Tributária, no auditório do jornal.

Estão confirmados o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio Noronha, que fará a abertura do evento; César Mattos, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia; parlamentares; os secretários da Fazenda André Clemente, do Distrito Federal, e Cristiane Alkmin, de Goiás; além de André Luiz Mendonça, advogado-geral da União, que fará o encerramento. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.correiobraziliense.com.br/correidebate/etica.

MME / ASCOM .